

19 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, o presente Aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), no 1.º dia útil seguinte à publicação deste mesmo Aviso no *Diário da República*, na página electrónica da entidade e, num jornal de expansão nacional, por extracto, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da data da publicação no *Diário da República*.

20 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

Data: 2010.08.26. — Nome: *Leonor Furtado*, Cargo: Directora-Geral
203638078

Declaração de rectificação n.º 1801/2010

Por tal menção não constar no n.º 11.1.2 do aviso n.º 23238/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 250, de 29 de Dezembro de 2009, que procedeu à abertura do concurso externo de ingresso para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de 30 postos de trabalho na categoria de técnico profissional de reinserção social de 2.ª classe, torna-se público que a prova de conhecimentos admite a consulta de legislação não anotada. Desta forma, a redacção do n.º 11.1.2 do supra-referido aviso passará a ser: «A prova de conhecimentos tem a forma escrita, reveste a natureza teórica e tem a duração máxima de noventa minutos, com tolerância de mais quinze minutos, admitindo a consulta de legislação não anotada».

26 de Agosto de 2010. — O Presidente do Júri, *Luis Vaz do Couto*.
203638053

Declaração de rectificação n.º 1802/2010

Por tal menção não constar no n.º 11.1.2 do aviso n.º 23 239/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 250, de 29 de Dezembro de 2010, que procedeu à abertura do concurso externo de ingresso para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado tendo em vista o preenchimento de 55 postos de trabalho na categoria de técnico superior de reinserção social de 2.ª classe, torna-se público que a prova de conhecimentos admite a consulta de legislação não anotada. Desta forma, a redacção do n.º 11.1.2 do supra-referido aviso passará a ser:

«A prova de conhecimentos tem a forma escrita, reveste a natureza teórica e tem a duração máxima de 90 minutos, com tolerância de mais 15 minutos, admitindo a consulta de legislação não anotada.»

26 de Agosto de 2010. — A Presidente do Júri, *Leonor Furtado*.
203638029

Polícia Judiciária

Unidade de Recursos Humanos e Relações Públicas

Aviso n.º 17356/2010

Procedimento concursal interno de ingresso para preenchimento de 25 postos de trabalho do mapa de pessoal da Polícia Judiciária, da carreira de especialista auxiliar

Nos termos do n.º 1, alínea *b*), do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e para efeitos do disposto nos artigos 166.º a 175.º do Código do Procedimento Administrativo, faz-se publico que a lista de classificação final do procedimento concursal para preenchimento de 25 postos de trabalho da carreira de especialista auxiliar do mapa de pessoal da Polícia Judiciária, divulgado por Aviso n.º 23376/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 252 de 2009.12.31, devidamente homologada por despacho de 26 de Agosto de 2010 do Exmo. Senhor Director Nacional da Polícia Judiciária, será afixada, a partir da data da publicação do presente aviso, no seguinte serviço e local:

Unidade de Recursos Humanos e Relações Públicas da Polícia Judiciária, sita no Largo de Andaluz, n.º 17, 1050-004 Lisboa.

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 40.º e no n.º 2 do artigo 43.º, conjugado com a alínea *b*) do artigo 44.º, todos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os interessados dispõem do prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso para caso

queiram, interpor recurso hierárquico, com efeitos suspensivos, para S. Ex.ª o Ministro da Justiça.

O processo do concurso encontra-se à disposição dos interessados, para consulta, nos dias normais de expediente (das 09 às 12 e das 14 às 17 horas), na Unidade de Recursos Humanos e Relações Públicas da Polícia Judiciária, sita no Largo de Andaluz, n.º 17, 1050-004 Lisboa.

Unidade de Recursos Humanos e Relações Públicas, 27 de Agosto de 2010. — Pela Directora da Unidade, (*João Prata Augusto*).

203640718

Despacho (extracto) n.º 13926/2010

Por despacho de 2010.08.13 do Director Nacional-Adjunto da Polícia Judiciária, Dr. Pedro do Carmo e nos termos do n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, foi declarado concluído com sucesso o período experimental do especialista superior estagiário Lic. Rui Manuel Lopes Rodrigues, ficando posicionado na categoria de especialista superior de escalão 1, com efeitos a 10.08.2010.

(Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

27 de Agosto de 2010. — Pela Directora da Unidade, *João Prata Augusto*.

203640807

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Direcção-Geral de Energia e Geologia

Aviso n.º 17357/2010

Por meu despacho de 23 de Agosto de 2010, foi cancelado, ao abrigo da alínea *a*) do artigo 8.º do Anexo II da Portaria n.º 362/2000, de 20 de Junho, com a alteração produzida pela Portaria n.º 1358/2003, de 13 de Dezembro, o reconhecimento como entidade inspectora de redes e ramais de distribuição e instalações de gás do IEP — Instituto Electrotécnico Português, a pedido do mesmo.

Lisboa, 23 de Agosto de 2010. — O Director-Geral, *José Perdigoto*.

203641414

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.

Aviso n.º 17358/2010

Procedimento concursal comum para preenchimento de 1 posto de trabalho na carreira/categoria de técnico superior, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, a constituir por contrato de trabalho em funções públicas, do mapa de pessoal do IFAP — Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Lista unitária de ordenação final dos candidatos

Em cumprimento do disposto no artigo 34.º e nos termos do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, e por indicação expressa do respectivo júri, faz-se público que, no procedimento concursal supra mencionado, aberto pelo Aviso n.º 9445/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 92 de 12/05/2010, com a Ref.º n.º 1/EDP, foram atribuídas aos concorrentes admitidos e aprovados nos métodos de selecção as seguintes classificações finais:

Candidato aprovado:

Jesualdo Cerqueira Fernandes — 11,43.

Candidatos excluídos na aplicação do método de avaliação curricular, por terem obtido classificação inferior a 9,5, conforme dispõe o n.º 13 do artigo 18.º da Portaria 83-A/2009 de 22 de Janeiro.

Nome	Avaliação curricular
Fedra Marisa Ribeiro Henriques	9,30
Ana Rita Carvalho Ferreira	8,80